

Resultados da frequência escolar – Primeiro bimestre de 2013

O acompanhamento e o registro da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), entre 6 e 17 anos, referente ao primeiro bimestre de 2013, foi concluído no dia 30 de abril. Em fevereiro e março, foram acompanhados 15,1 milhões de crianças e adolescentes, sendo o maior número absoluto registrado para o primeiro bimestre desde então. O acompanhamento foi de 86,7% do total de 17,4 milhões de beneficiários no perfil. Especificamente quanto ao público de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o acompanhamento foi de 87,7%, o equivalente a 13,1 milhões de acompanhados. Quanto aos jovens de 16 e 17 anos, foram acompanhados 80,8% (2 milhões), do público de 2,49 milhões. Os resultados consolidados mais uma vez demonstram o comprometimento da área da Educação nestes quase 10 anos da gestão de condicionalidades do Programa.

RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO – BRASIL E REGIÕES

Territórios	Público BFA - 6 a 15 anos			Público BVJ - 16 e 17 anos			Público TOTAL - 6 a 17 anos		
	Total	Alunos acompanhados	%	Total	Alunos acompanhados	%	Total	Alunos acompanhados	%
Brasil	14.980.480	13.134.006	87,7	2.496.400	2.016.316	80,8	17.476.880	15.150.322	86,7
Norte	2.058.854	1.782.603	86,6	342.324	280.983	82,1	2.401.178	2.063.586	85,9
Nordeste	6.856.938	5.980.173	87,2	1.241.745	1.016.987	81,9	8.098.683	6.997.160	86,4
Sudeste	3.961.274	3.509.493	88,6	605.432	480.859	79,4	4.566.706	3.990.352	87,4
Sul	1.198.655	1.092.036	91,1	175.413	137.715	78,5	1.374.068	1.229.751	89,5
Centro-Oeste	904.759	769.701	85,1	131.486	99.772	75,9	1.036.245	869.473	83,9

Como se observa no quadro abaixo, dos alunos acompanhados em sala de aula no mês de março, 97,3% tiveram frequência acima da mínima cobrada pelo PBF (85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos). Assim, a baixa frequência no período foi de 2,7%, o equivalente a 403.980 crianças e adolescentes no perfil. É importante salientar que para cada registro de baixa frequência escolar, a escola identifica os motivos da ausência dos alunos às aulas. Existem os motivos que geram efeitos no benefício e os que não geram.

RESULTADO DA FREQUÊNCIA DOS ALUNOS de 6 a 17 anos – MARÇO 2013

Territórios	Total de Alunos acompanhados	FREQUÊNCIA ACIMA		BAIXA FREQUÊNCIA					
				Total		Não Gera Efeitos		Gera Efeitos	
		Qtde de alunos	%	Qtde de alunos	%	Qtde de alunos	%	Qtde de alunos	%
Brasil	15.150.322	14.746.342	97,3	403.980	2,7	78.220	0,5	325.760	2,2
Norte	2.063.586	2.036.170	98,7	27.416	1,3	5.968	0,3	21.439	1,1
Nordeste	6.997.160	6.879.230	98,3	117.930	1,7	16.172	0,2	101.791	1,5
Sudeste	3.990.352	3.807.370	95,4	182.982	4,6	40.039	1,1	142.919	3,6
Sul	1.229.751	1.184.174	96,3	45.577	3,7	9.259	0,8	36.319	3,0
Centro-Oeste	869.473	839.398	96,5	30.075	3,5	6.782	0,8	23.292	2,7

Em março de 2013, aproximadamente 325 mil (2,2%) ocorrências de motivos de baixa frequência que geraram efeitos sobre o benefício das famílias do PBF. Com base nessas informações da baixa frequência que geram efeitos, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) consolida os resultados e aplica os efeitos no benefício das famílias. Ao mesmo tempo, disponibiliza no Sistema de Condicionalidades (Sicon), a lista dessas famílias em descumprimento para que a assistência social realize o acompanhamento, a fim de identificar as reais situações que dificultam o acesso das crianças e adolescentes à escola, conforme prevê a [Instrução Operacional nº 19](#), de 7 de fevereiro de 2013.

Registro abaixo de 20%

Em decorrência da renovação das gestões municipais, neste início de 2013 houve uma mudança expressiva no conjunto dos operadores da frequência escolar em todo o país. Tal fato pode ter influenciado o número de municípios com registro de acompanhamento da frequência abaixo de 20%. Foram constatados 23 municípios com informação abaixo de 20%, sendo que, destes, 15 não registraram qualquer informação. Embora o pequeno aumento com relação ao último período (outubro/novembro 2012) em que 21 municípios tiveram registro abaixo de 20%, este resultado ainda é pequeno se comparado aos 5.570 municípios brasileiros. É importante saber que resultados abaixo de 20% impossibilitam o repasse de recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M).

Resultados nas Regiões e Estados

Na Região Norte (85,9%), os Estados de RO (85,2%), AC (83%), AM (84,8%) e AP (70,3%) tiveram acompanhamento abaixo do nacional (86,69%). Os estados de RR (87,8%), PA (87,3%) e TO (89,9%) tiveram resultados de acompanhamento da frequência escolar superiores ao nacional, com destaque para o Estado de Tocantins que quase chegou aos 90%.

Na Região Nordeste (86,4%), os Estados de PB (83,8%), PE (85,5%), AL (86,5%), SE (83,1%) e BA (83,3%) tiveram resultados abaixo do nacional, ao passo que os Estados de MA (87,7%), PI (88,8%), RN (89,6%) e CE (90,6%) tiveram resultados superiores com destaque para o Estado do Ceará que ultrapassou os 90% de acompanhamento.

Na Região Sudeste (87,4%), os Estados de MG (85,3%) e RJ (86,1%) obtiveram percentuais de acompanhamento abaixo do nacional. Já os Estados de ES (89,4%) e SP (89,7%) tiveram resultados superiores com destaque para São Paulo que, seguido da Bahia, apresenta o segundo maior público de crianças e adolescentes para acompanhamento (1,73 milhões).

Na Região Sul (89,5%), todos os estados registraram percentuais superiores ao nacional, RS (88,7%), SC (87,9%) e PR (90,8%).

Na Região Centro-Oeste (83,9%), todos os estados apresentaram resultados abaixo do nacional, MT (84,5%), MS (80,4%), DF (79,7%) com destaque para Goiás (86,2%) que obteve o melhor resultado na região.

Acompanhamento da Frequência Escolar – bimestre abril/ maio/2013

O Sistema Presença foi aberto no dia 17 de maio para que os municípios verifiquem o acompanhamento e realizem o registro da frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, referente ao bimestre de abril e maio deste ano. O prazo se estende até o dia 29 de junho.

É importante salientar que as condicionalidades do Bolsa Família, não são essencialmente fiscalização ou punição, mas monitoramento, por parte do poder público, a fim de apoiar a permanência na escola e o acompanhamento regular de saúde das crianças, adolescentes e gestantes em situação de pobreza. Diversos estudos apontam os resultados positivos da permanência e progressão escolar destes estudantes de famílias do PBF, e a gestão de condicionalidades cumpre um papel fundamental. Mérito de todos os gestores da educação e do Bolsa Família envolvidos nessa operação.

Prazo para verificação e envio de informações de famílias com políticos eleitos está terminando

Os gestores do PBF têm até o dia 10 de junho para realizar os procedimentos de verificação e envio de informações de famílias beneficiárias com políticos eleitos por meio do aplicativo "SIMAC – Questionários" do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Conforme a legislação do PBF, pessoas que exercem cargo eletivo não podem participar do Programa, independentemente do seu rendimento. Os procedimentos para a verificação de informações junto às famílias e o preenchimento do questionário no aplicativo SIMAC pelos municípios estão na [Instrução Operacional nº 61](#) e no [Bolsa Família Informa nº 361](#).

Cadastro Único é utilizado pela Reforma Agrária

Conforme norma editada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em janeiro de 2013, as famílias candidatas à Reforma Agrária terão prioridade em receber a outorga dos títulos de concessão de uso ou de domínio da terra, desde que cumpram cinco requisitos, sendo um deles estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Outro benefício para os inscritos no Cadastro Único é a redução de taxas de juros para a contratação de financiamento para aquisição de imóvel rural (Fundo de Terras e da Reforma Agrária). Desde o último mês de abril, os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário inscritos no Cadastro Único (com renda bruta familiar menor do que R\$ 9.000,00) terão taxa efetiva de juros de 0,5% ao ano.

É importante destacar que essas medidas gerarão um impacto na gestão municipal com a crescente demanda de atualização e inclusão cadastral de Famílias Assentadas da Reforma Agrária e Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Para isso, as normas para identificação (campo 2.07 do Formulário Suplementar 1) podem ser consultadas na [Instrução Operacional nº 49](#) Senarc/MDS e no Guia de Cadastramento de Povos e Comunidades Tradicionais.

PARA MAIS INFORMAÇÕES acesse o [Fale Conosco do PBF](#) ou entre em contato com a Central de Relacionamento da Senarc: 0800 707 2003